

AS EPÍGRAFES ROMANAS DO MONTE DO CHAPARRAL (VILA VELHA DE RÓDÃO)

Roman inscriptions of Monte do Chaparral
(Vila Velha de Ródão)

José d'Encarnação, Francisco Henriques e João Caninas



Vila Velha de Ródão, 2015

**AS EPÍGRAFES ROMANAS DO MONTE DO CHAPARRAL
(VILA VELHA DE RÓDÃO)**

**Roman inscriptions of Monte do Chaparral
(Vila Velha de Ródão)**

José d'Encarnação¹, Francisco Henriques² e João Caninas³

Palavras-chave: inscrições em pedra; época romana; mineração de ouro; Clunia; Vila Velha de Ródão.

Keywords: stone inscriptions; Roman era; gold mining; Clunia; Vila Velha de Ródão.

¹ Professor catedrático aposentado. Membro do Centro de Estudos Arqueológicos, Artes e Ciências do Património (CEAACP). jde@fl.uc.pt

² Arqueólogo. Associação de Estudos do Alto Tejo.

³ Arqueólogo. Associação de Estudos do Alto Tejo.

Resumo

Divulgam-se dez fragmentos de lajes em rochas metassedimentares com gravações alfabéticas cuja grafia indica pertencerem aos primórdios da ocupação romana desta área, profundamente marcada pela exploração de ouro aluvionar. Embora não exista um único texto completo foi possível documentar pelo menos a referência a um natural de Clunia e o nome *Italicus*.

Abstract

We disclose ten pieces of metasedimentary rocks with alphabetiform recordings. Its spelling indicates they belong to the beginnings of the Roman occupation of this area deeply marked by the exploitation of alluvial gold. Although there is no single complete text it was possible to document at least the reference to a citizen from Clunia and the name *Italicus*.

Introdução

Divulga-se um conjunto de dez pequenos fragmentos de placas, de rocha metassedimentar, epigrafadas, recolhidas, em diferentes momentos, na superfície de um terreno no Monte do Chaparral, em Vila Velha de Ródão. São

modesto contributo para o conhecimento da presença romana na região e da vasta área mineira onde se enquadram, a Charneca de Vila Velha de Ródão.

A Charneca de Ródão, com uma cobertura arbórea constituída, maioritariamente, por olival tradicional, foi pouco afectada pela primeira vaga de mobilização profunda do solo, ocorrida nos anos 80 do século XX, quase sempre para plantio de eucalipto. Por tal facto, era ainda uma reserva para o conhecimento da ocupação humana antiga deste território.

Nos primórdios do séc. XXI, este panorama alterou-se, cremos que devido à perda de importância do olival tradicional, com a plantação de sobreiros e eucaliptos, associada a uma mobilização profunda do solo, com a destruição progressiva de importantes vestígios arqueológicos datáveis do Neo-Calcolítico / Idade do Bronze e das grandes áreas mineiras onde se explorou ouro, em escala industrial, na época romana.

Urge salvaguardar e estudar esta vasta área ribeirinha do rio Tejo.

Ródão na época romana

A ocupação romana na área de Ródão teve duas vertentes importantes e complementares: uma agrícola e outra mineira (Henriques & Caninas, 1978, 1980, 1986).

Os vestígios da actividade agrícola observam-se no compartimento inferior da falha do Ponsul, ao longo dos principais cursos de água, afluentes do rio Tejo,

e das planícies aluvionares associadas (Açafal, Lucriz, Alfrívada e Coxerro), onde ocorrem os solos de melhor qualidade para aquela actividade, e que se encontram enquadrados por solos leves constituídos por depósitos areníticos cenozóicos.

Os actuais montes de exploração agrícola, desta área, encontram-se situados, maioritariamente, junto de pequenos assentamentos residenciais da época romana. Podemos mesmo dizer, empiricamente, que o ordenamento do espaço agrícola perdurou dois mil anos. Crê-se que nestas planícies se produziram os alimentos necessários para a mão-de-obra afecta a actividades extractivas.

Mas terá sido a exploração mineira do ouro e do cobre que terão constituído o motivo, e o motor, do crescimento económico deste território naquela época.

O ouro foi explorado em galeria (Cova da Moura, Fratel) e a céu aberto (em toda a área da Charneca de Ródão e nas margens do rio Ocreza). Os minérios de cobre terão sido extraídos em galeria e fundidos a poucos metros de distância da mina (Buraca da Moura), situada na escarpa da falha do Ponsul, sobranceira à planície do Açafal (Gaspar, 2010, 2012). Este local é considerado a maior jazida de cobre identificada a norte do rio Tejo (Gaspar, 2010, 2012) e a sua exploração pode ter-se iniciado na Idade do Ferro.

O valor mineiro desta região e a relevância de Ródão como local estratégico de trânsito (eixo fluvial e eixo continental de orientação meridiana) podem explicar a descoberta de artefactos indicativos da passagem ou estada de contingentes militares, como foi o caso de três projecteis para funda oriundos

dos estratos cimeiros da estação paleolítica da Foz do Enxarrique (Guerra, 1987, 2013).

Como indício de uma presença, eventualmente, antiga dos colonizadores romanos nesta área refira-se o achado de um denário, em prata, do séc. II a. C. O achado foi inicialmente atribuído à Vila da Revelada (Henriques & Caninas, 1978) mas, mais tarde, o mesmo informante remeteu a sua origem para a Tapada dos Marmourais (Tostão, Vila Velha de Ródão).

Em 2011, Mário Varela Gomes divulgou um pequeno púcaro, da colecção privada do Dr. António Miranda, encontrado na parte norte do concelho, na área de Sarnadinha. O recipiente, usado para beber água ou vinho, deve ter tido uma utilização secundária como urna, para guarda de cinzas de incineração “com cronologia situada entre a segunda metade do século I e os inícios da centúria seguinte, embora tal forma possa ter pervivido até ao século III” (Gomes, 2010-2011:130).

No âmbito das medidas de minimização do impacte ambiental do Aproveitamento Hidroeléctrico do Alvito (Castelo Branco e Vila Velha de Ródão), a arqueóloga Susana Cosme (2010a e 2010b) realizou 14 sondagens arqueológicas, numa área de 200 m², em dois depósitos mineiros grosseiros (conheiras) situados nas margens do rio Ocreza (Várzea Grande e Ponte dos Bugios, concelhos de Vila Velha de Ródão e Castelo Branco).

Dos resultados obtidos destacam-se os seguintes aspectos: (1) o recurso a duas formas de exploração aurífera (desmonte de depósitos de terraço, quaternários, e extracção dos filões de quartzo no interior do substrato antigo de

rochas metassedimentares); (2) a existência de canais escavados na rocha; (3) a constatação de que os depósitos de terraço foram esgotados, nos locais das sondagens arqueológicas. No decurso destes trabalhos, foram recolhidos materiais cerâmicos de tipologia romana, de fabrico local e de uso comum (fragmentos de potes, panelas e jarros).

Quanto ao acervo epigráfico atribuível à época romana, são escassos os exemplares conhecidos no território de Vila Velha de Ródão. Há notícia do aparecimento de uma “laje de xisto com letras”, na área do Monte da Coutada (Perais), destruída para ser utilizada na construção de edifícios agrícolas no próprio monte (Henriques & Caninas, 1979, 1980).

Em 1905, Francisco Tavares Proença Jr. (1907) recolheu uma outra peça, de granito, que fora achada na Cadaveira (Coutada, Perais), e que passou a integrar o acervo do Museu Francisco Tavares de Proença Júnior (Castelo Branco), em 1910. É um fragmento de inscrição funerária, incompleta no lado esquerdo, de moldura simples e com as medidas seguintes: 37 x 47 x 20 cm. Estudou-a José M. Garcia (1984: 95). Trata-se do epitáfio de um indivíduo, de 60 anos, que poderia vir identificado como *Concordiensis*, ou seja, de uma *Concordia* cuja localização se desconhece; foi a mulher, filha de Paterno, quem o mandou gravar. Foi referenciada noutros trabalhos (Garcia, 1979, 1980, 1984; Museu Francisco Tavares de Proença Júnior, 2004; Ferreira, 2004: 84).

Na Barroca dos Ulmeiros (Fratel) existe uma outra inscrição (TAGVS OCVS F) sobre a face subvertical de um afloramento, de rocha metassedimentar, voltado para o rio Tejo (Henriques & Caninas, 1980; Henriques, Caninas &

Henriques, 1982). Em 2008, José d'Encarnação apresentou o seu estudo, concluindo que “é passível de reportar-se aos tempos romanos e, para além da menção do nome do rio, pode ter sido gravada por alguém de nome *Ocus* ou por alguém que apenas quis dizer que o rio, ali, corria veloz. Opta-se pela primeira hipótese” (Encarnação, 2008: 2). Em aditamento à leitura anterior e “aduzindo os comentários que, entretanto, lhe foram feitos, assume-se como mais provável a tese de que se trata da marca de uma cheia excepcional ocorrida em época romana” (Encarnação, 2011: 2).

Refira-se, ainda, uma ara, encontrada por dois dos signatários (FH e JC) em 1975, em Salavessa, no actual concelho de Nisa (Caninas & Henriques, 1981), com potencial de relação com o sítio em estudo. Este monumento foi mais tarde estudado por José Manuel Garcia (1984) e incluído por José d'Encarnação no *corpus* das inscrições do *conventus Pacensis* (IRCP 641): LVPVS · LAN/CI · QVAN/GEIO · TAN/NGO · V(*otum*) · S(*olvit*), «Lupo, filho de Lanco, cumpriu o voto a Quanceio Tango».

O Monte do Chaparral

Na área do Monte do Chaparral, na chamada *charneca* de Vila Velha de Ródão, conhecem-se inúmeros e variados vestígios de ocupação humana, da Pré-história Antiga à época romana, embora apenas interessem, neste momento, os de cronologias históricas.

O Monte do Chaparral integra uma vasta zona mineira aurífera (Henriques *et al.*, 2011), com cerca de 9 km² de extensão, designada por *Charneca de Ródão* (Figura 1, sítio 1). É uma enorme mina a céu aberto, caracterizada pela presença de desmontes dos antigos terraços fluviais do rio Tejo. Actualmente, os vestígios mais facilmente observáveis são os depósitos de inertes de calibre mais elevado, as concheiras, e as áreas de desmonte com as respectivas frentes de trabalho.

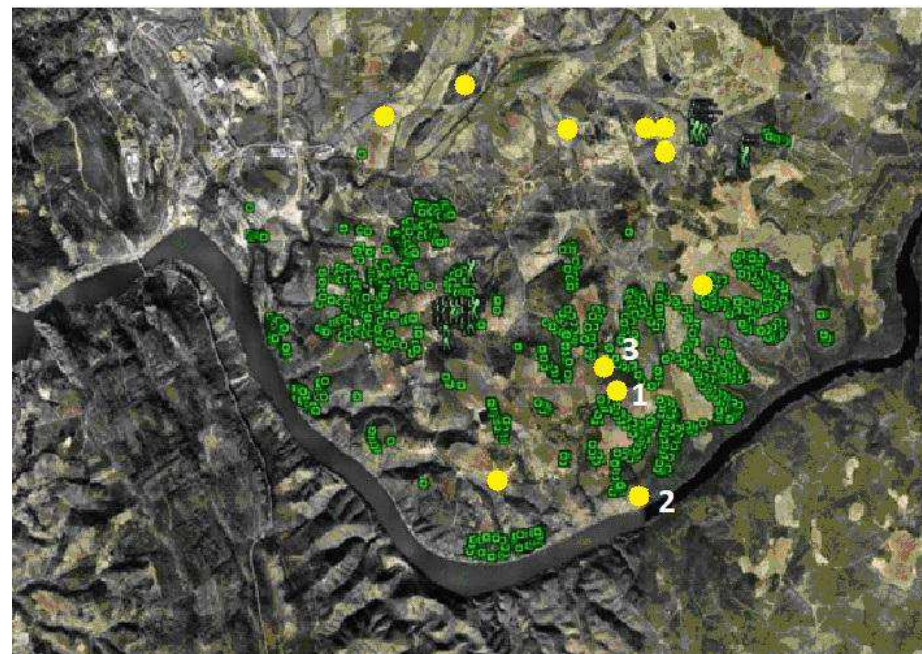


Figura 1. Área mineira da Charneca de Ródão: locais de exploração (quadrados verdes); assentamentos residenciais e outros tipos de sítios (círculos amarelos)

Nos finais dos anos 70 do séc. XX, obteve-se informação (Henriques & Caninas, 1980) da destruição de um provável túmulo (Figura 1, sítio 2) junto do caminho pedestre que estabelecia a ligação entre o alto da Charneca de Ródão e a povoação de Salavessa. No local observa-se cerâmica de construção, dispersa, e dali foi levada para Salavessa uma placa de mármore branco. Foi observada por dois dos signatários (FH e JC), anos mais tarde.

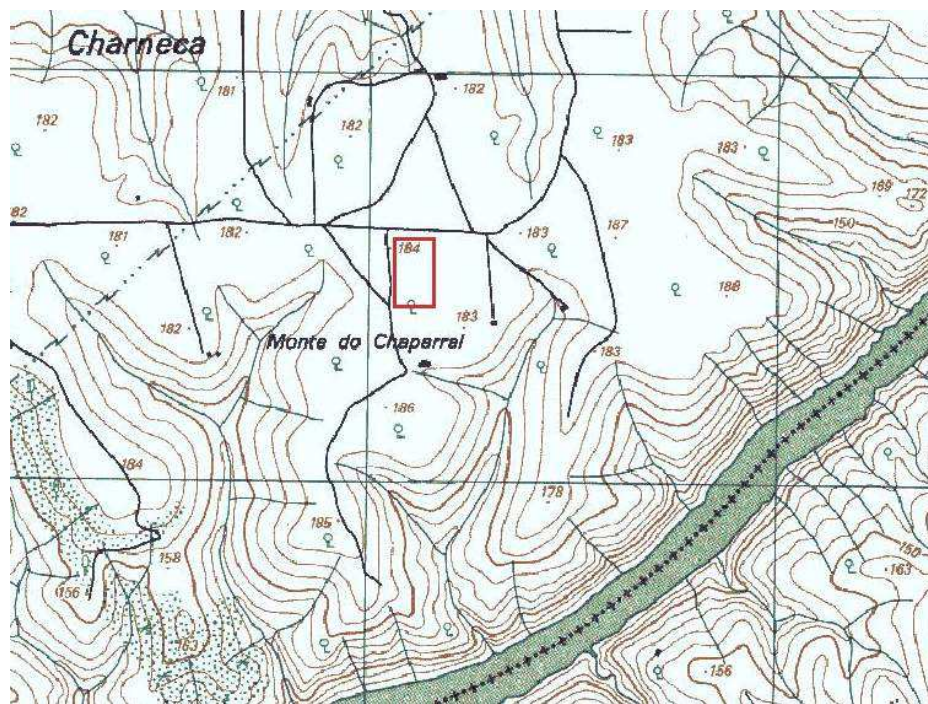


Figura 2. Área de achado das placas epigrafadas sobre extracto da folha 314 da Carta Militar de Portugal (escala 1:25000).

Admite-se que este caminho rural possa remontar à época romana, atendendo à proximidade da sepultura e das placas epigrafadas e à possibilidade de proporcionar a ligação entre a área mineira da Charneca de Ródão e o assentamento romano dos Castelinhos da Senhora da Graça, local também conhecido como Nisa-a-Velha.

Cerca de 400 m a norte do local de achado das placas epigrafadas, no limite de uma área de exploração mineira, existe um pequeno assentamento de época romana (Figura 1, sítio 3), caracterizado pela ocorrência de grande quantidade de clastos de rochas metassedimentares, de quartzito rolado, de maior dimensão, e de cerâmica de construção (*imbrices* e *tegulae* de rebordo), além de outros materiais. Em 2005, esta área foi armada em vala-cômodo para plantio de sobreiros.

As placas epigrafadas

O local dos achados (Figura 2) situa-se no topo aplanado da Charneca de Vila Velha de Ródão, a 184 m de altitude, sobre depósitos de terraço (Quaternário), com calhaus e blocos de quartzito rolado, em terreno pertencente ao Monte do Chaparral.

As placas epigrafadas foram encontradas a uma altitude incomum, a curta distância de um entroncamento de caminhos de terra batida (Figura 2). Um desses caminhos, com direcção este-oeste, percorre as cotas mais elevadas da Charneca com um andamento rectilíneo numa extensão superior a 1000 m.

O outro caminho, com desenvolvimento norte-sul, fazia a ligação a Salavessa, aldeia do concelho de Nisa, com travessia do rio Tejo no sítio do Porto da Barca Velha. Foi utilizado até à década de 60 do séc. XX, por trabalhadores agrícolas sazonais. Este caminho de pé-posto está cartografado na primeira edição da CMP 314, de 1949, mas desaparece, em parte do percurso, na edição de 1993. Também não consta na edição de 1881.

Este espaço tinha uma cobertura arbórea de olival, tendo passado a eucaliptal, em data recente, com prévia preparação do solo e armação em vala-cômodo.



Figura 3. Área de distribuição das placas epigrafadas.

As placas epigrafadas, bem como outros fragmentos anepígrafos, estavam dispersas numa área de 1 hectare, com maior concentração em dois pequenos núcleos com áreas de cerca de 600 m². Foram recolhidas em dois momentos, com dez anos de intervalo: em 2004, o espaço estava ocupado com olival; em 2013, aquando de uma segunda visita, o terreno fora revolvido para plantio de eucaliptos.

Foram recolhidas onze pequenas placas, de rochas metassedimentares, de dimensões e espessuras variáveis. Três fragmentos pertencem a uma mesma lápide, por justaposição das superfícies de fractura. Dois outros fragmentos, justapostos, pertencem a uma segunda lápide. É muito provável que se conservem outras peças ocultas no solo.

Duas placas apresentam gravações em baixo-relevo sem motivos alfabéticos.

Placa nº 1

Dois fragmentos que se ajustam.

Dimensões totais: 23,5 cm de altura, 12,3 cm de largura e 1,8 cm de espessura.

A superfície tem pátina cinzenta clara, sendo as superfícies de fractura bem cinzentas. Face lateral esquerda oblíqua e lisa, de um castanho oxidado; as fracturas das outras faces laterais não têm pátina; face posterior rugosa.



Figura 4. Placa nº 1.

Observam-se letras pertencentes a três linhas, cuja gravação – ténue e com goiva – obedeceu a linhas auxiliares singelas, que, embora ténues, são visíveis. Na l. 1, lê-se A (4,5 cm de altura), bastante aberto e com o travessão, oblíquo, abaixo do ponto médio da letra; na fractura, dois traços verticais paralelos, aparentemente ligados em baixo por uma linha, poderiam ser de uma outra letra; torna-se, contruido, difícil sugerir qual, até porque, apesar da sua nitidez, os traços não foram gravados da mesma forma que os das letras propriamente ditas, mas sim a estilete; seria sedutor ler LI, mas, na verdade, a gravação é diferente. Na l. 2, ITA, tendo o I 3 cm de altura, o T 2,7 e o A 3,3. Note-se o travessão breve do T. Na l. 3, Lê-se um C incompleto (com 2,7 cm de altura), seguido de L (2,9 cm) com breve barra ondulada e pequeno traço para trás no vértice superior, de V assimétrico (4,5 cm de altura), e da haste esquerda de um N. Há, numa linha seguinte, vestígios de um traço vertical.

ITA sugere-nos *Italicus*, nome que, na origem, apontaria proveniência geográfica e de que, na epigrafia peninsular, temos cerca de uma dezena de exemplos, quer como *cognomen* quer noutra acepção, geográfica.⁴ Aqui, porém, será nome único.

Quanto à última linha há que desdobrar em CLVN(*iensis*), inclusive tendo em conta as numerosas ocorrências nesta zona mineira de indivíduos oriundos de *Clunia* (Encarnação, 2011a: 108-111).

⁴ Em Navarro Caballero & Ramírez Sádaba 2003, p. 196, são citados três testemunhos na Lusitânia: um em *Conimbriga*, outro em Mérida e o terceiro em Loures, no *ager Olisiponensis*.

Placa nº 2

Fragmento de xisto, de fracturas irregulares, mas cuja face lateral esquerda mostra como que duas «folhas» que se 'colaram'.

Tem 20,5 cm de altura, 21,5 cm de largura e 3,3 cm de espessura.⁵



Figura 5. Placa nº 2.

Diríamos que a gravação (ténue, com goiva) dos caracteres que logramos identificar foi desregrada, não obedecendo a linhas auxiliares nem a qualquer orientação. Assim, numa l. 1, teríamos IV (a mossa seguinte impossibilita a leitura de algo mais que aí houvesse). Na l. 2, T, de barra oblíqua; um amplo O

⁵ As dimensões apresentadas são as dimensões máximas e foram tomadas tendo em conta a orientação da epígrafe.

ovalado, gravado em dois movimentos de cima para baixo, com 5,5 cm de altura e 2,3 cm na sua largura máxima; um B assimétrico (a pança superior tem 1 cm e a inferior 2) e com 4,5 cm de altura; um I, de 4 cm. Da linha seguinte apenas distinguimos dois traços verticais, o 2º bastante mais longo que o 1º.

A sequência TOBI lembra-nos o nome indígena *Paetobius* (ou *Petobius*), que tem testemunhos, por exemplo, em Lamas de Moledo e em Meimoa (cf. *Atlas* citado, p. 260). Já para o IV da l. 1, a sugestão IV[LIVS] seria deveras tentadora e não inadmissível, atendendo ao facto de, pela paleografia, podermos estar perante monumento(s) dos primórdios do século I da nossa era, em que tal gentílico foi benquistado entre a população.

Placa nº 3

Dois fragmentos de xisto cinzento que se ajustam.

Dimensões totais: 15 cm de altura, 11 cm de largura e 1,5 cm de espessura.

Face lateral esquerda oblíqua e lisa; as demais, irregulares. Caracteres de ténue gravação, mediante goiva. Também aqui se tem alguma dificuldade em orientar o fragmento, pois que é aparentemente díspar a orientação desses signos. Na l. 1, ao primeiro traço oblíquo e longo seguem-se outros dois, não sendo possível identificar a que caracteres poderão pertencer: IR? Na l. 2, P gravado com pança aberta, em jeito de longa vírgula, grafia que se tem considerado inicial dessa letra; depois o nexa AE muito bem lançado (a haste do E mede 6 cm); o sulco curvo seguinte poderá ser de um O.



Figura 6. Placa nº 3.

Placa nº 4

Fragmento de xisto cinzento de forma muito irregular.



Figura 7. Placa nº 4.

Dimensões: 9,5 cm de altura, 8 cm de largura e 1 cm de espessura.

Na parte superior, o traço curvo pode ser de um O ou de um D. Na linha seguinte, S muito ténue, mas a denotar boa simetria no seu traçado; o F (ou E) está bem gravado, de barras impecavelmente perpendiculares à haste vertical (a do meio mede 2 cm).

Placa nº 5

Fragmento de forma irregular, que ostenta, em ténue gravação, um signo que se assemelha a um lambda, em posição, porém, desalinhada com a letra abaixo, um X de 5 cm de altura, simétrico, levemente gravado com estilete.



Figura 8. Placa nº 5

Dimensões: 22 cm de altura, 19 cm de largura e 3 cm de espessura.

Placa nº 6

Minúsculo fragmento de xisto cinzento onde se aprecia a delicadeza da gravação e a presença de linhas auxiliares duplas. Na l. 1, poderá ser o que resta de um N; na l. 2, quiçá um V.



Figura 9. Placa nº 6

Dimensões: 7,7 cm de altura, 3,5 cm de largura e 0,8 cm de espessura.

Placa nº 7

Fragmento de xisto acinzentado de mui densa granulometria, em forma de triângulo rectângulo. A face lateral direita apresenta-se com uma pátina mais densa, que dá ideia de ser a original; as outras três faces laterais têm fractura irregular, ainda que, à primeira vista, a inferior, muito breve (apenas 3,5 cm de altura), também pareça, pela tonalidade acastanhada, ser original. A face posterior é rugosa. Sensivelmente a meio, parece distinguir-se X (3,2 cm de altura), tenuemente gravado a estilete. O traço oblíquo, de pátina castanho-clara, não é intencional.



Figura 10. Placa nº 7.

Dimensões: 12 cm de altura, 16 cm de largura e 2,5 cm de espessura.

Placa nº 8

Fragmento de grés rosado, vagamente quadrangular, de faces laterais com fractura irregular, em cuja superfície seriamos tentados a ler K, gravado com goiva: a metade superior está muito erodida e, em baixo, é de 4 cm a distância entre os dois vértices. Trata-se, porém, de mera hipótese.

Dimensões: 9,5 cm de altura, 10,7 cm de largura e 2,4 cm de espessura.



Figura 11. Placa nº 8.

Placa nº 9

Minúsculo fragmento de configuração trapezoidal e cor ferruginosa; face posterior rugosa.

Dimensões: 11 cm de altura, 9 cm de largura e 1,3 cm de espessura.

Finamente gravado com estilete, quase como se de um grafito se tratasse, teremos possivelmente um A sem barra ou um V (5 cm de abertura máxima).



Figura 11. Placa nº 9.

Considerações finais

Deixámos de lado alguns outros fragmentos recolhidos, em que os traços existentes se nos afiguraram resultantes de golpes não intencionais. Também se dirá que, dos fragmentos estudados, nada de especial se retira, o que poderia levantar a questão: valeu a pena a sua análise?

Na verdade, desvaneceu-se de imediato a esperança de que houvesse mais fragmentos que colassem, a possibilitar texto com maior número de letras, até porque a recolha se fez aqui e acolá. Nada impedirá, contudo, que, em próximas prospecções, venham a encontrar-se alguns desses elos que faltam.

Um trabalho inútil, pois? Não.

Em primeiro lugar, porque – apesar dos poucos caracteres completos encontrados – a sua grafia aponta para os primórdios da ocupação romana.

Depois, porque se verifica desde logo algum cuidado na gravação e mesmo a preocupação, documentada através da existência de linhas auxiliares, de bem paginar a epígrafe. E andaram bem os lapicidas, quer usassem a goiva quer o estilete, ambos instrumentos de corte adequados a este tipo de suporte. Há cultura epigráfica aqui patente!

Finalmente, ter-se atestado – com enorme probabilidade – mais um cluniense, a juntar a tantos que, por esta zona, como se disse, de vasta e mui precoce exploração mineira, se têm identificado, constitui um bom presságio. Por isso se torna evidente a necessidade de se preconizar para aí a realização de sondagens arqueológicas, com algum carácter de urgência. Mais duvidosa

será a hipótese de haver referência a um *Paetobius*; mas, ainda que de comprovação difícil, não haverá relutância, cremos, em ter futuramente em linha de conta esta restituição.

Bibliografia

Cosme, S. M. R. (2010a). RECAPE do Aproveitamento Hidroeléctrico do Alvito (Castelo Branco e Vila Velha de Ródão) – medida 24 – Sondagens arqueológicas no sítio de Chão das Servas, Ocorrência 9. Zephyros. Inédito.

Cosme, S. M. R. (2010b). RECAPE do Aproveitamento Hidroeléctrico do Alvito (Castelo Branco e Vila Velha de Ródão) – medida 24 – Sondagens arqueológicas no sítio da Várzea, Ocorrência 10. Zephyros. Inédito.

Encarnação, J. d' (2008). Inscrição rupestre sobre o Tejo. Açafa, 2. Associação de Estudos do Alto Tejo. Vila Velha de Ródão: 6. http://www.altotejo.org/acafa/docsN2/Inscricao_Rupestre_sobre_o_Tejo.pdf

Encarnação, J. d' (2011). Inscrição rupestre sobre o Tejo – Aditamento. Açafa, 4. Associação de Estudos do Alto Tejo. Vila Velha de Ródão: 8. Acessível em: http://www.altotejo.org/acafa/docsn4/Inscricao_rupestre_sobre_o_Tejo_Aditamento.pdf

Encarnação, J. d' (2011a). Apostilas epigráficas – 4, Conimbriga, L. Instituto de Arqueologia, Coimbra: 108-111. Acessível em: <http://hdl.handle.net/10316/26309>

Ferreira, A. P. (2004). Epigrafia funerária romana da Beira Interior. Inovação ou continuidade?. Trabalhos de Arqueologia, 34. Instituto Português de Arqueologia. Lisboa.

Garcia, J. M. (1979). Epigrafia lusitano romana do Museu Tavares Proença Júnior. Castelo Branco: 185 p.

Garcia, J. M. (1980). Revendo uma inscrição de Cadaveira (Vila Velha de Ródão). Estudos de Castelo Branco, Nova série, 6. Castelo Branco: 93-97.

Garcia, J. M. (1984). Quangeio deus lusitano, História, 76. Lisboa: 23-32.

Gaspar, M. & Carvalho, J. (2010). Mineralogia e química de minérios e escórias de cobre das minas de Ingadanais: implicações na mineração antiga. 1º Congresso Internacional de Recursos Mineiros na Europa Atlântica Ocidental. Braga.

Gaspar, M. (2012). Avaliação do património arqueomineiro do Sítio do Cobre (Vila Velha de Ródão) – Relatório final, inédito.

Gomes, M. V. (2010-2011). Púcaro romano da Sarnadinha – Vila Velha de Ródão, Castelo Branco. Arqueologia e História, 62-63. Associação dos Arqueólogos Portugueses. Lisboa: 127-130.

Guerra, A. (1987). Acerca dos projecteis para funda da Lomba do Canho, Arganil. O Arqueólogo Português. 4 série, 5. Lisboa: 161-177.

Guerra, A. & Pimenta, J. (2013), Os projéteis de funda de Monte dos Castelinhos e a dispersão destes materiais no território português – Catálogo da Exposição, Monte dos Castelinhos (Castanheira do Ribatejo) – Vila Franca de Xira – e a conquista romana do Vale do Tejo. Vila Franca de Xira: 47- 58.

Henriques, F. & Caninas, J. (1978). Estações romanas de Vila Velha de Ródão - Notícia preliminar. Núcleo Regional de Investigação Arqueológica. Castelo Branco: 26 p.

Henriques, F. & Caninas, J. (1979). Breve relatório da campanha arqueológica de Sarnadas. Portas de Ródão, 125, Maio – Junho. Vila Velha de Ródão: 1, 4, 5 e 8.

Henriques, F. & Caninas, J. (1980) . Contribuição para a carta arqueológica dos concelhos de Vila Velha de Ródão e Nisa (1). Preservação, 3. Núcleo Regional de Investigação Arqueológica. Vila Velha de Ródão: 67 p.

Henriques, F.; Caninas, C. & Henriques, A. (1982). Levantamento de algumas gravações antigas sobre rocha do Sul da Beira Interior. Beira Alta, 41(3). Viseu: 703-715.

Henriques, F. & Caninas, J. (1986). Contribuição para a carta arqueológica dos concelhos de Vila Velha de Ródão e Nisa (2). Preservação, 7. Núcleo Regional de Investigação Arqueológica. Vila Velha de Ródão: 79.

Henriques, F.; Batata, C.; Chambino, M.; Caninas, J. & Cunha P. P. (2011). Mineração aurífera antiga, a céu aberto, no centro e sul do distrito de Castelo

Branco. Actas do VI Simpósio Sobre Mineração e Metalurgia Históricas no Sudoeste Europeu, Vila Velha de Ródão. Editor Carlos Batata. Abrantes.

IRCP = Encarnação, J. d' (2013), Inscrições Romanas do Conventus Pacensis. Instituto de Arqueologia. Coimbra. Acessível em <http://hdl.handle.net/10316/578>

Museu Francisco Tavares de Proença Júnior (2004). Arqueologia: Coleções de Francisco Tavares de Proença Júnior. Instituto Português de Museus. Lisboa.

Navarro Caballero, M. & Ramírez Sádaba, J. L. [coord.] (2003). Atlas Antroponímico de la Lusitania Romana, Mérida-Bordéus.

Proença Jr, F. T. (1907). Inscrições romanas de Castelo Branco. Archeologo Português, 12 (5-8). Lisboa: 172-178.